

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
Noções propedêuticas.....	26
1 PROCESSO DE EXECUÇÃO E EFETIVIDADE	29
1.1 A celeridade e a efetividade do processo: conceitos distintos	29
1.2 A (in)efetividade do processo de execução e o acesso à justiça	33
1.3 Processo eficaz: mudança de mentalidade?	40
2 PENHORA E IMPENHORABILIDADE: CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA	47
2.1 A responsabilidade patrimonial	47
2.2 Penhora: conceito e extensão	53
2.2.1 Penhora e frutos do bem penhorado	60
2.3 Impenhorabilidade	64
2.3.1 Impenhorabilidade relativa.....	66
2.3.1.1 A nova redação do art. 650 do CPC	67
2.3.1.2 O veto ao parágrafo único do art. 650 e ao § 3º do 649.....	69
2.3.2 Impenhorabilidade absoluta	73
2.4 Impenhorabilidade convencional.....	74
2.5 Pode a doutrina e a jurisprudência criar impenhorabilidade não expressa em lei?.....	79
3 DIREITOS FUNDAMENTAIS NA EXECUÇÃO CIVIL	83
3.1 Tutela do direito de propriedade e o princípio <i>favor creditoris</i>	90
3.2 Preservação da dignidade da pessoa humana (<i>favor debitoris</i>).....	96
3.2.1 Mínimo existencial.....	101
3.3 Intimidade, privacidade e inviolabilidade do lar.....	108



4 IMPENHORABILIDADE E COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS	113
4.1 Positivismo, formalismo e argumentação <i>contra legem</i>	114
4.1.1 A origem do positivismo e a “crise da lei” segundo António Hespanha..	116
4.2 O direito como sistema de “superação de normas”.....	118
4.3 A supremacia da Constituição e a teoria dos direitos fundamentais	124
4.4 O proporcional e o razoável.....	128
4.5 Colisão de Direitos Fundamentais	130
4.6 O problema da segurança jurídica.....	134
5 OMISSÃO PATRIMONIAL E NOVAS REGRAS DA EXECUÇÃO (LEI 11.382/06)	141
5.1 Possibilidade de o juízo colher informações sobre o patrimônio do executado	141
5.2 O registro da penhora, a fraude à execução e a proteção dos direitos do credor	151
6 IMPENHORABILIDADE E PROCESSO: QUESTÕES DE DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL	161
6.1 Matéria de ordem pública?.....	161
6.1.1 Constituição de ônus e constrição de bem impenhorável.....	167
6.1.2 Aquisição de bem imóvel mais valioso, a fim de ampliar a impenhorabilidade.....	169
6.2 Há prazo para alegação?	170
6.2.1 É possível discussão sobre impenhorabilidade após o término do processo executivo?.....	171
6.3 Alegação via embargos de terceiro	175
6.4 Alegação de impenhorabilidade em embargos ou na defesa sem embargos (exceção de pré-executividade)?.....	178
7 A IMPENHORABILIDADE EM ESPÉCIE	181
7.1 Casos de impenhorabilidade absoluta	181
7.1.1 Os bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução.....	182
7.1.1.1 Bens que integrem garantias civis.....	183
7.1.1.2 Recursos públicos destinados a fins sociais (convênios administrativos).....	187
7.1.1.3 Direitos da personalidade; os passes dos atletas	190

7.1.2	Os bens necessários ou úteis ao exercício de qualquer profissão e os materiais necessários para obras em andamento	191
7.1.3	A caderneta de poupança	194
7.1.4	Impenhorabilidade do bem penhorado em execução fiscal da União	198
7.1.5	Bens públicos, autárquicos, de sociedade de economia mista e empresas públicas.....	199
7.1.6	Bem de família	214
7.1.6.1	Constitucionalidade (?) do instituto.....	214
7.1.6.2	Conceito.....	219
7.1.6.3	Limitações ao bem de família.....	220
7.1.6.4	Possibilidade de penhora do bem de família suntuoso	225
7.1.6.5	A pequena propriedade rural	229
7.1.6.6	Bem de família e sucessão.....	233
7.1.6.7	A possibilidade de cisão do imóvel	234
7.1.6.8	Impenhorabilidade e vaga em garagem.....	237
7.1.6.9	Bens que guarnecem a residência do executado	244
7.1.7	Penhora de salários, pensões etc.	249
7.2	Bens de valor ínfimo e novas regras do processo de execução.....	267
7.3	Penhora de quotas nas sociedades limitadas	269
7.4	Penhora do estabelecimento comercial, de faturamento e usufruto da empresa.....	273
7.5	Penhora sobre os bens dos sócios – desconsideração da personalidade jurídica	279
7.6	Penhora de Bens de Estados Estrangeiros.....	286
8	PENHORA ON-LINE	291
8.1	Legalidade, regulamentação e natureza jurídica	295
8.2	Regulamentação e Procedimento.....	307
8.3	Distinção entre a penhora de ativos financeiros por ofício	313
8.4	Penhora ou coerção?	316
8.5	A alegação de impenhorabilidade na penhora <i>on-line</i>	318
8.6	Penhora <i>on-line</i> e terceiros	319
9	PENHORA DE BENS IMPENHORÁVEIS: RESPONSABILIDADE DO EXEQÜENTE OU DO ESTADO?.....	329
9.1	Proibição processual	330
9.2	O art. 574 do CPC: Proteção do credor de boa-fé.....	334

9.3	Dano marginal e penhora <i>on-line</i>	335
9.4	Responsabilidade do Estado: má prestação dos serviços judiciais	338
10	UMA TENTATIVA DE SE ULTRAPASSAR OS LIMITES IMPOSTOS PELA PENHORA: MEIOS EXECUTÓRIOS COERCITIVOS NA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA	343
10.1	Meios de Coerção no Direito Contemporâneo	345
10.2	Pessoalização dos meios executórios – direito comparado	346
10.2.1	<i>Common Law</i> e o <i>Contempt of Court</i>	346
10.2.2	O sistema misto do Direito alemão, espanhol e italiano. O direito português e francês	352
10.3	Pessoalização dos meios executórios no Brasil	356
10.3.1	As reformas de 2005/2006 e o princípio da colaboração: surge um novo processo de execução?	356
10.3.2	Meios executórios e coerção pessoal	362
10.3.2.1	Multa	363
10.3.2.2	Restrições cadastrais e interrupção de fornecimento de produtos e serviços	367
10.3.2.2.1	Protesto de dívidas (protesto tributário)	377
10.3.2.3	Penhora <i>on-line</i> como sanção; bloqueio de documentos e de cadastros	380
10.3.2.4	Vedação de distribuição de dividendos	382
10.3.2.5	Impedimento de atividade: “Prisão Civil” da empresa?	384
10.3.2.6	Apreensão do veículo (CTB)	387
10.3.2.7	A decretação de insolvência como meio de “coação” do devedor... ..	389
10.3.3	Prisão civil: possibilidades e restrições	391
	CONCLUSÃO	399
	REFERÊNCIAS	421
	ÍNDICE ALFABÉTICO	445